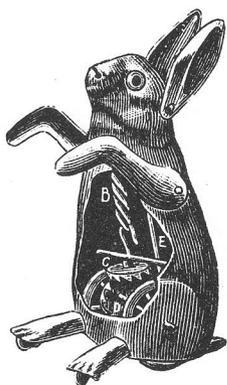


Internacionalização da economia ou desenvolvimento endógeno? Os lances da crise no Brasil

INACY SACHS*

O Banco Mundial e o FMI dispõem de meios de persuasão tão sutis perante os governos dos países do Terceiro Mundo que seus conselhos são sempre ouvidos e freqüentemente seguidos, mesmo a contragosto. Como bem exprimiu Antonio Barros de Castro, “o paciente deve tomar os remédios que lhe são prescritos não necessariamente porque o curarão mas para evitar de ser morto pelo médico”.¹

Em consequência da conjuntura que precedeu a crise atual e da corrida espetacular aos mercados da Coréia do Sul, de Taiwan, de Singapura e Hong-Kong, os economistas do Banco Mundial retomaram a velha teoria do *trade as engine of growth*, batizando-a de “desenvolvimento extrovertido” (*outward-looking development*).² O grau de abertura da economia e a dinâmica do comércio exterior foram promovidos ao nível³ de verdadeiros indicadores de desenvolvimento sem preocupação com o custo social e ecológico das exportações, como se a pretensa vantagem comparativa dos países exportadores do Terceiro Mundo não se apoiasse efetivamente sobre os salários excessivamente baixos e a exploração predadora dos recursos. O princípio de proteção às indústrias nascentes foi



* Da École de Hautes Etudes en Sciences Sociales.

¹ Barros de Castro, “Para onde vamos?”, *Folha de S. Paulo*, 23.10.1983. O autor é professor de Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro e presidente da Associação dos Economistas dessa cidade.

² Ver, em particular, os trabalhos de Bela Balassa e colaboradores (*Development Strategies on Semi-Industrial Economics*, 1982, John Hopkins University Press, Baltimore).

³ Curiosamente, o mesmo ocorreu em certos países da Europa do Leste, onde a reação aos excessos de uma política de auto-suficiência aplicada sob Stalin ainda se faz sentir trinta anos depois!

objeto de críticas alimentadas pelos exemplos, infelizmente numerosos, de protecionismo ultrajante e contraprodutivo (e, no entanto, muito apreciados pelas firmas multinacionais que se aproveitaram para instalar suas filiais no Terceiro Mundo). As virtudes do crescimento extrovertido foram contrapostas aos impasses da estratégia da industrialização apoiada sobre a substituição de importações, preconizadas pela CEPAL. Uma vez mais, os economistas do Banco Mundial puderam fazer valer um argumento verdadeiro: o rápido esgotamento da fase “fácil” de substituição de importações, admitido, aliás, pela CEPAL. Mas, em lugar de extrair daí uma demonstração contra tal escolha estratégica, teria sido mais válido insistir sobre a maneira incoerente de sua operacionalização. Não basta, é claro, banir as importações criando um mercado cativo para aqueles que quiserem substituir as importações por uma produção doméstica. É preciso, ao mesmo tempo, estabelecer prioridades claras de investimento e impedir que os recursos limitados do país sejam atrelados à fabricação de produtos supérfluos consumidos por uma minoria privilegiada. Ora, é precisamente nesta direção que avançam as forças do mercado, abandonadas à sua sorte. A estratégia de substituição das importações não é válida fora de uma planificação explícita do desenvolvimento dotada de instrumentos de controle e estimulação suficientemente eficazes para atrair a adesão do setor privado, indispensável ao bom funcionamento da economia mista e para fazer do setor público uma verdadeira alavanca do desenvolvimento, o que implica, por sua vez, que não seja administrado simplesmente como um conglomerado de empresas privadas pertencentes ao Estado.

Ora, em vez de insistir sobre o papel muito importante das empresas públicas e do Estado, postulando seu controle social pelo jogo das instituições democráticas, os partidários do crescimento extrovertido — e na verdade, do capitalismo incontrolado — não perdem a oportunidade de vituperar sobre os excessos da estatização e a necessidade de restabelecer a lei das forças do mercado. Segundo eles, só a concorrência pode garantir o funcionamento eficaz e honesto da economia. Em seu ataque ao setor público, eles exploram a fundo a onda de escândalos financeiros e casos de corrupção que se desencadeou em um país como o Brasil, esquecendo propositadamente que eles foram o resultado de um regime autoritário que se valia de uma imprensa e um parlamento amordaçados. Os escândalos só vieram à tona desde que esta situação mudou. Fato mais importante ainda é que em cada escândalo estão envolvidos, de um lado, os questionadores do setor público, de outro, as empresas privadas. O bom senso manda que a condenação se estenda aos corrompidos e aos corrompedores.

O segundo argumento contra o setor público é sua pretensa ineficácia. Será ela maior que a do setor privado? A comparação dos resultados contábeis de ambos os setores não é, evidentemente, um critério, pois em muitos casos a política de preços seguida pelas empresas públicas contém uma subvenção generalizada para o restante da economia. O endividamento externo excessivo também não é um critério na medida em que, no Brasil, as empresas públicas se endividaram por conta do Estado que quis assim desfrutar de seu nome junto aos bancos estrangeiros.

Em suma, a receita proposta aos países do Terceiro Mundo pelo Banco Mundial constituiu-se de uma curiosa mistura de neomercantilismo, de saudação à economia de

livre mercado e antiestatismo virulento: modernizar-se e crescer exportando, encorajar a vinda de firmas multinacionais desejosas de se servirem dos países do Terceiro Mundo como plataformas de exportação, endividar-se, se for o caso, no exterior, para criar empresas industriais capazes, desde o nascimento, de se lançar nas águas da concorrência internacional e tornar a pagar a dívida faturando em dólares.

Um dos paradoxos, e não é dos menores, da última década, foi o papel perverso desempenhado pelos petrodólares acumulados pelos países produtores de petróleo depois de 1973 e colocados nos bancos norte-americanos e europeus. A ação da OPEP, destinada a firmar a soberania dos países do Terceiro Mundo sobre um recurso tão importante como o petróleo e a pôr fim a sua subvalorização evidente, teve como efeito aumentar sensivelmente a liquidez do sistema bancário privado e a estimular a especulação financeira desenfreada que atingiu o auge em plena recessão mundial. Jamais os bancos foram tão bem aquinhoados, apesar da degradação da situação econômica. A bem da verdade, produziu-se uma autonomia da esfera financeira internacional em relação à economia propriamente dita. Paralelamente, o sistema financeiro internacional se degradou muito quando, em 1971, a decisão americana de suspender a convertibilidade do dólar conferiu aos EUA o privilégio único de se endividar face ao resto do mundo pagando em sua própria moeda. Como, por outro lado, a dívida interna americana parou de crescer e, para reciclá-la, o Estado americano deve pagar taxas de juros vantajosas, seguiu-se uma alta inflacionária, uma forte elevação do custo do dinheiro, nos Estados Unidos e nos mercados internacionais. Esta situação, devida, no final das contas, às debilidades e à arrogância da política americana, provocou uma grande valorização do dólar.

Os países do Terceiro Mundo, estimulados a se engajar em uma estratégia extrovertida, encontraram-se, assim, diante de uma oferta crescente de empréstimos privados por parte dos bancos estrangeiros interessados em fazer girar os depósitos de petrodólares em seu poder. A ocasião era por demais interessante para deixar de se endividar — e com prazer —, ainda mais que: o volume da ajuda pública oferecida era insuficiente; não se calculou a profundidade da recessão mundial; as taxas baixas ou mesmo negativas de juros, que se haviam mantido durante muito tempo, não permitiam suspeitar a armadilha constituída pela cláusula de taxa variável de juro imposta pelos bancos privados.

A catástrofe não se fez esperar. Ela é o resultado da conjunção de três fatores: as taxas de juro muito elevadas, acrescidas de *spreads* e comissões freqüentemente escandalosos; os termos de câmbio das *commodities* em queda livre: enfim, a dificuldade crescente e mesmo a impossibilidade de encontrar em países industrializados mercado para artigos de exportação provenientes de indústrias recentemente montadas. Esquecidos dos pródigos conselhos dados a seus parceiros do Terceiro Mundo a respeito das vantagens do livre-câmbio, os países industrializados se protegem, agora, atrás de um protecionismo cada vez mais virulento, como se houvesse dois pesos e duas medidas no jogo da economia internacional, para os fortes e para os fracos, sendo estes últimos culpados por terem confiado no que lhes disseram.

A primeira reação dos países do Terceiro Mundo, presos na armadilha do endividamento, foi reciclar a dívida provocando seu crescimento como uma bola de neve. Os bancos internacionais divididos entre a necessidade de fazer circular os petrodólares e o temor de se expor a pesadas perdas em razão da insolvência de seus clientes, aquiesceram, mas aproveitaram para elevar o *spread* e as comissões, ou seja, puseram mais lenha na fogueira. Ainda mais que na maioria dos países endividados, o endividamento interno crescia paralelamente com o externo e o custo do dinheiro exigido pelos bancos locais que reciclavam os empréstimos estrangeiros atingiu níveis até então desconhecidos na história da economia moderna, comparáveis, em todos os sentidos, aos níveis da usura.

A economia mundial em seu conjunto e as economias dos países pesadamente endividados parecem-se, cada vez mais, com uma pequena cidade da Índia onde o agiota armazena todo o excedente econômico produzido durante o ano e o imobiliza no plano do investimento produtivo, pois nenhum projeto econômico honesto poderia produzir uma renda tão elevada para pagar os juros que ele exige de seus devedores. Os camponeses se endividam junto ao agiota quando se vêm acuados pela fome ou quando devem enfrentar despesas para algum cerimonial (casamento, enterro, etc.). Os empresários dos países devedores só recorrem aos bancos em caso de extrema urgência ou para jogar na bolsa e especular sobre o comportamento das moedas ou ainda para procurar bens depositários de valor, como terras. Preocupado em não matar a galinha dos ovos de ouro, o agiota recicla as dívidas de seus devedores quando a colheita é ruim. Os bancos internacionais fariam o mesmo, dadas as circunstâncias, apoiando-se nos bancos centrais de seus países de origem para evitar o duplo desastre da ruína dos países devedores e sua própria bancarrota? Ainda não chegamos lá, mas tal eventualidade não pode ser totalmente descartada.

É o momento de analisar o papel desempenhado por uma outra instituição internacional, o Fundo Monetário Internacional, que é chamado a socorrer os países do Terceiro Mundo quando estes desmoronam um após o outro sob o peso da dívida externa. O papel do FMI deveria consistir em ajudar as vítimas a sair da armadilha do endividamento. Na realidade, ele parece colocar em primeiro plano os interesses dos credores. Se, com sua intervenção, ele tranqüiliza um pouco os bancos privados internacionais e, dessa forma, acaba por convencê-los a reciclar as dívidas, sempre a conta-gotas e de maneira a garantir para si a possibilidade de renegociação freqüente com os governos dos países devedores, por outro lado, para estes últimos, os prazos se tornam cada vez mais rígidos. De fato, o FMI impõe, aos países devedores, condições extremamente constrangedoras, arrogando-se o direito de intervir em sua política financeira e econômica. A doutrina do FMI, semelhante por suas fontes ideológicas, à do Banco Mundial, é, no final das contas, muito simplista.

O FMI crê nas virtudes da política monetarista. Ele prega um regime de restrição draconiana da massa monetária e a eliminação do déficit orçamentário de todas as subvenções (ainda que seja ao preço de um brutal encarecimento do custo de vida) para lutar contra a inflação; põe-se a solapar as posições do setor público, impõe objetivos muito ambiciosos em matéria de excedente da balança comercial, recomenda, desde que

possível, a liberação das importações e da movimentação de capital, sendo que o ajustamento deve ser feito à custa de desvalorizações sucessivas e de redução de importações, provocando, se for preciso, uma forte recessão.⁴

Os custos sociais da “cura da recessão” aperfeiçoada pelos economistas do FMI seriam dificilmente aceitáveis em um país industrializado. Que dizer, então, dos países do Terceiro Mundo? Sem esquecer que a eficácia desta poção é mais do que duvidosa. Praticamente, em todos os lugares onde ela foi aplicada, desencadeou um desemprego massivo, a ruína da indústria local, arrasada pelo peso das dívidas externas e pela concorrência repentina de produtos importados, o êxodo massivo dos capitais privados por meios cada vez menos legais e, por fim, freqüentemente uma nova onda de inflação. Fazer do excedente da balança comercial um objetivo em si, sem vistas à contração brutal das importações e da recessão que a ele se segue, termina por sacrificar inteiramente os interesses do país devedor e se parece muito com um leilão em benefício dos bancos privados internacionais. Como a crise só tende a se aprofundar nessas condições, enquanto se espera um saneamento mais ou menos próximo e aleatório, o fluxo dos capitais privados estrangeiros para os países devedores se esgota quase inteiramente. Em lugar de jogar um papel contrário a esse círculo vicioso, os movimentos da política do FMI acentuaram as variações da conjuntura.

Compreende-se muito mal como o mesmo conselho, disseminado em todos os países endividados — exportar sem importar — poderia dar certo, ainda mais que os países industrializados não parecem minimamente dispostos em consentir que sua balança comercial com os países do Terceiro Mundo permaneça deficitária. No entanto, é o que exige o bom senso elementar. Não podendo mais se privar de suas importações essenciais, estes últimos não poderão assegurar o serviço de sua dívida a não ser se puderem se beneficiar de mercados novos e de melhores preços para suas exportações.

Por quantos desastres econômicos — como os do Chile, Argentina e Brasil — e revoltas da fome — como as que ensanguentaram a Turquia e o Marrocos — os países do Terceiro Mundo ainda deverão passar antes que o FMI se confesse culpado? Dizem que os fatos não mentem. Aparentemente, os peritos do FMI querem imputar aos fatos o que é de sua própria obstinação.

Resumindo. O “crescimento extrovertido” era destinado a assegurar um desenvolvimento rápido através da internacionalização da economia dos países do Terceiro Mundo. A fórmula mágica deveria se aplicar a todos os países, sem exceção, minúsculos ou continentais. Isso era desconhecer a rigidez da divisão internacional do trabalho,

⁴ Serge-Christophe mostrou, em obra recente, o absurdo econômico (e social!) de uma política que consiste em reduzir a renda nacional para redimensionar o déficit da balança comercial (Serge-Christophe Kolm, *Sortir de la crise*, 1983, Paris, Pluriel, Hachette). Na França, onde as importações constituem um quarto das despesas dos franceses, reduzi-las em um franco por este método provoca uma redução de quatro francos nas despesas, sacrificando também os três francos que os franceses gastariam na França. No Brasil, como o coeficiente das importações era inferior a 0,1, os cortes no PIB para redimensionar a balança comercial são ainda mais dramáticos.

a dureza com que os países industrializados lutam pela manutenção de seus privilégios, e a artificialidade da categoria muito heterogênea de “país recentemente industrializado” colocada em circulação pelos mesmos peritos do Banco Mundial, e, ainda, a impossibilidade para o conjunto dos países do Terceiro Mundo de se transformarem em um novo Japão.

Teriam os peritos do Banco Mundial brincado de aprendiz de feiticeiro ou, ao contrário, chegaram ao resultado desejado? De fato, eles conseguiram arrastar numerosos países do Terceiro Mundo para o veio da internacionalização de suas economias. Mas esta internacionalização não se deu pela via das trocas comerciais. Ela tomou a forma muito mais onerosa da dependência crescente destes países em relação ao sistema bancário internacional privado, empurrados para a armadilha do endividamento, onde eles se debatem atualmente.

A privatização da dívida correspondia, no início, às opções ideológicas do Banco Mundial e de seu principal fornecedor de fundos, mas os dirigentes do Banco não esperavam que o atual governo americano se dedicasse justamente a dismantelar o dispositivo de ajuda pública ao desenvolvimento do qual o Banco Mundial é o carro-chefe, a tal ponto que o presidente do Banco Mundial, Clausen, se viu obrigado a criticar a administração Reagan. Reduzido em seus meios de ação em particular ao nível da AID, ele não tem outra saída a não ser apostar na renegociação generalizada da economia mundial.

É a vez de o FMI pôr a mão no fogo. Ele emprega, então, toda sua autoridade para que os países devedores tentassem se salvar pela via de um ajustamento doloroso produzido por uma mistura de monetarismo ortodoxo, antiestatismo, fidelidade ao livre-câmbio e apego ao crescimento extrovertido. Como era de se esperar, no fundo, as orientações do FMI e do Banco Mundial se cruzam.

No fim de 1983, o montante da dívida dos países do Terceiro Mundo era avaliada pelo Banco Mundial em 810 bilhões de dólares, e, pelo jogo dos juros e alguns reembolsos não reescalados, os países transferiram para os bancos estrangeiros 21 bilhões de dólares a mais do que lhes havia sido emprestado a médio e a longo prazo.⁵

As cifras são ainda mais eloquentes para a América Latina, onde se situa o epicentro da crise de endividamento. De acordo com os dados da CEPAL, esta transferência se elevou a 29 bilhões de dólares em 1983 e a 20 bilhões em 1982.⁶ O fluxo líquido de capitais se reduziu a 4,5 bilhões de dólares (comparar com 38 milhões em 1981 e 19 bilhões em 1982). Assim, todo o peso do ajustamento recai sobre os países devedores. A publicação citada assinala o custo exorbitante do reescalonamento juntando-se às taxas elevadas de juro. Ao mesmo tempo, a América Latina fechou sua balança comercial com um saldo positivo de 31,2 bilhões de dólares obtido mediante uma redução de 29% do valor das importações seguida a uma redução de 20% em 82, enquanto que

⁵ *Le Monde*, 28.01.82.

⁶ Nações Unidas, CEPAL, *Notas sobre la Economía y el Desarrollo de América Latina*, nº 387/388, dezembro de 1983. Não há contradição com as cifras do Banco Mundial, pois os países da Ásia se beneficiaram de uma transferência de capitais a seu favor.

suas exportações diminuam ligeiramente de valor apesar de um aumento de 7% em volume.

Os pagamentos externos a título de juros e benefícios exportados tomaram 39% do total das exportações de mercadorias. Os termos de troca continuaram a se deteriorar pelo sexto ano consecutivo para os países não exportadores de petróleo do continente. Eles eram, em 1983, para o conjunto do continente, 38% mais baixos do que em 1977.

Para completar esse quadro sombrio, digamos que o produto interno bruto se reduziu em 3,3% e que ele era, por habitante, 10% mais baixo em 1983, em relação a 1980. Quanto à inflação, os preços para o consumo pularam para 130% em um ano.

Mesma cantilena para o Brasil, cujos números principais damos a seguir. De acordo com as estatísticas oficiais, estima-se que o PIB, por habitante, baixou 8,5% sob o efeito de uma contração da produção industrial de 8,7%.⁷

Em 1983, a renda *per capita* era 13% inferior em relação a 1980, voltando ao índice de 1976. Para a produção industrial, a regressão foi de 15%, para o emprego industrial de 19%, para a indústria da construção de 17,6%, para a indústria de bens de equipamento de 44% (volta ao nível de 1983). A economia do Estado de São Paulo, medida por habitante, se reduziu ao nível de dez anos atrás, tendo perdido, entre 1980 e 1983, 850 mil empregos não agrícolas.⁸ Segundo o secretário do Trabalho do governo de São Paulo, Almir Pazzianotto, os desempregados da Grande São Paulo ultrapassam já um milhão, tendo a indústria dispensado mais de 120 mil pessoas só no ano de 1983. A Federação das Indústrias de São Paulo estima em 400 mil o número de empregos perdidos nas fábricas do Estado desde 1980.⁹

A inflação atingiu 21%, mas o índice oficial de preços para o consumidor – INPC – não ultrapassará 174%. Ora, este índice bastante manipulado serve de base para a indexação dos salários cujo valor real foi profundamente alterado ao longo de 1983 em detrimento dos trabalhadores. O governo seguiu as determinações do FMI, convencido de que uma luta eficaz contra a inflação deve começar pela desindexação da economia, uma vez que a indexação constitui um “seguro-inflação”,¹⁰ uma proteção social descentralizada que deveria ser mantida por uma estratégia anticrise. Sob o efeito combinado da erosão do poder de compra e da redução do emprego, a massa dos salários pagos no Brasil ao longo de 1983 diminuiu em termos reais em 21,5% e a dos salários industriais em São Paulo, em 24%.¹¹ As medidas tomadas pelo governo permitem prever um novo e importante declínio nos salários reais em 1984. O número de desempregados também continuará a aumentar de maneira catastrófica, de 7,5% a quase

7 G. Dupas, “1983, um ano de poucos resultados positivos”, *Folha de S. Paulo*, 18.12.83. Outras estimativas avaliam a baixa do PIB *per capita* em 6,5%.

8 José Serra, “Os números da crise”, *Folha de S. Paulo*, 07.01.84.

9 *Folha de S. Paulo*, 27.11.83.

10 *Gazeta Mercantil*, 20.01.84.

11 A expressão é de Serge-Christophe Kolm, *op. cit.*, p. 186.

10 milhões, segundo Dércio Munhoz.¹² Pode-se medir a deterioração do nível de vida no Brasil pelo fato de que o desemprego crescente e a diminuição do poder de compra dos salários caminham paralelamente a uma aceleração dos preços dos gêneros alimentícios: em 1983, o índice de preços ultrapassou 20% do índice geral da inflação. Nada permite prever uma melhora neste campo, pois a agricultura brasileira abandona sistematicamente, as plantações destinadas à alimentação, priorizando os produtos de exportação e a cana-de-açúcar para produzir álcool em substituição à gasolina. Em relação a 1977, os índices de produção por habitante em 1983 eram, respectivamente 74,4% para as cinco culturas destinadas à alimentação (arroz, feijão, milho, mandioca e batata), 106,9% para os produtos de exportação (algodão, amendoim, fumo, laranja, soja) e 156,7% para a cana-de-açúcar, sendo que mais de um milhão de veículos a álcool já estão rodando atualmente no Brasil.¹³ As áreas já semeadas em 1984 mostram a mesma tendência: +11,4% para a cana-de-açúcar, +4,6% para as culturas de exportação e -1,1% para as culturas de gêneros alimentícios.

Um outro conselho do FMI escrupulosamente seguido pelas autoridades brasileiras é a desvalorização do cruzeiro em um ritmo mais acelerado que a inflação. O ano de 1983 foi marcado por uma "maxidesvalorização" de 70% e de numerosas "minidesvalorizações". No total, o cruzeiro se desvalorizou, em relação ao dólar, em um ritmo 25% superior à inflação, colocando em situação muito difícil todas as empresas endividadas no exterior. Ao contrário, todos os possuidores de bônus do tesouro indevidos sobre o dólar enriqueceram-se consideravelmente; a especulação financeira representou, em 1983, uma pontuação estimada em um quinto do PIB!¹⁴

A política de rigor, imposta pelo FMI como condição de renegociação da dívida brasileira é, aos olhos de numerosos economistas, excessiva e sobremaneira ineficaz em relação aos objetivos a que ela se propõe. Já vimos que a inflação bate seu recorde, enquanto que a dívida ainda aumentou uns 10% em um ano para chegar em dezembro de 1983 a 100 bilhões de dólares, contando os 10 bilhões de dívidas a curto prazo.¹⁵

O saldo de 6,3 bilhões de dólares na balança comercial foi obtido graças a um aumento de 10,5% do valor das exportações (+19,1% para o volume) e uma redução de 17,5% no valor das importações (-14,2% para o volume). De 1981 a 1983 as exportações brasileiras baixaram de 23,3 para 22,3 bilhões de dólares e as importações, de 22,1 para 16 bilhões, o que representa 27%.¹⁶ A transferência líquida de capital para o exterior foi de 3 bilhões em 1982 e estima-se que ela atingirá de 5 a 7 bilhões de dólares

¹² *Folha de S. Paulo*, 08.01.84. O crescimento da população ativa, que era de 50 milhões, em 1982, é da ordem de 1,5 milhão de pessoas por ano; ora, em 1984 espera-se uma recessão não menos severa do que em 1983, portanto, uma nova redução de empregos. O número preciso de desempregados não é conhecido. Segundo certos testemunhos eles atingiriam 40% nas grandes cidades do Nordeste.

¹³ F. Homem de Mello, "Alimentação Problema Grave", *Folha de S. Paulo*, 02.10.83, e, do mesmo autor, "O Que se Pode Esperar da Agricultura em 1984?", *Gazeta Mercantil*, 16.12.83.

¹⁴ Dércio Munhoz, "Estatal dá Lucro, Trigo pode ser Subsidiado", *Folha de S. Paulo*, 04.12.83.

¹⁵ *Folha de S. Paulo*, 06.11.83.

¹⁶ Estimativas preliminares sujeitas a revisão da CEPAL, *op. cit.*

em 1984, o que pode provocar efeitos desastrosos.¹⁷ Em 1983, o serviço da dívida foi estimado em mais de 17 bilhões de dólares (dos quais 10 bilhões de dólares somente de juros), ou seja, 70% das exportações. Em 1982 os números correspondentes foram 19,5% bilhões, dos quais 11,3 bilhões para os juros, ou seja, 96,8% das exportações e 6,6% do PIB. O ministro da Indústria, Camilo Pena, que publicou estes números, avalia em 45 bilhões o que o Brasil deixou de ganhar em consequência da deterioração dos termos de troca e do aumento das taxas de juro sobre os empréstimos externos ao longo dos quatro últimos anos. A taxa média passou de 40% em 1974 a 16% em 1982 para descer a 11% em 1983.¹⁸

A imagem global é clara. O peso da dívida é arrasador para o Brasil e, em geral, para todos os países devedores da América Latina. Eles correm em direção de um desastre social cuja amplitude e consequências mal se pode medir.

A solução proposta (e, infelizmente, imposta) pelo FMI repousa sobre princípios doutrinários afastados da realidade e pouco preocupados com as consequências sociais das políticas propostas.

Tal solução se volta muito mais para a saúde do sistema financeiro dos países industrializados do que para a sorte dos países do Terceiro Mundo. Sobretudo, ela faz um diagnóstico falso da crise. A recessão e o desemprego só podem agravá-la. O título de uma obra recente de Celso Furtado, que conheceu imenso sucesso no Brasil, diz muito bem “Não à recessão e ao desemprego”.¹⁹

De seu lado, os banqueiros da Wall Street e da “City” também estão à procura de meios astuciosos para salvar os bancos, por demais expostos aos maus negócios, não hesitando em reatar com as piores tradições colonialistas. Foi possível constatar, assim, uma redução eventual da dívida, exigindo-se, em contrapartida, o controle do comércio exterior dos países endividados. Uma variação sobre o mesmo tema consistiria em transformar os créditos duvidosos em investimentos diretos, por exemplo, participação nas grandes empresas do setor público que atrapalham a expansão das multinacionais. Tal proposição foi formulada explicitamente pelo professor Allan Meltzer.²⁰

Na outra extremidade do leque de possibilidades encontramos os partidários da denúncia pura e simples da dívida, inspirando-se nas teorias do *delinking* (desatrelamento). Esta proposta só reúne umas poucas adesões, pois os riscos da operação são evidentemente muito grandes e sua justificação moral é um pouco duvidosa, uma vez que o bom funcionamento do sistema internacional não pode dispor do respeito às obrigações assumidas.

Por outro lado, tal proposta serviu de pretexto para denegrir, através de uma campanha virulenta, propostas diferentes de moratória, adiantadas sob uma ou outra

¹⁷ *Gazeta Mercantil*, 16.12.83.

¹⁸ *Folha de S. Paulo*, 13.11.83.

¹⁹ Celso Furtado, *Não à Recessão e ao Desemprego*, Rio de Janeiro, Paz e Terra 1983. Tradução francesa em preparação.

²⁰ Ver seu artigo “A Way to Defuse the World Debt Bomb”, *Fortune*, 28.11.83.

forma por uma plêiade de economistas internacionalmente conhecidos,²¹ de industriais e mesmo de antigos altos funcionários do regime brasileiro como Paulo Lyra, ex-presidente do Banco Central, e depois retomada pelos principais partidos de oposição. Uma moratória constitui uma reafirmação da vontade de quitar a dívida, mas desde que haja reais condições para tal. A suspensão mais ou menos prolongada do serviço da dívida deve dar ao país o balão de oxigênio necessário para retomar o crescimento e permitir renegociar a dívida no plano político, em vez de simplesmente reescaloná-la através de negociações técnicas com os banqueiros. A renegociação deve recair sobre o conjunto da dívida: o volume dos débitos, entre os quais alguns podem ter caráter fraudulento,²² a revisão das taxas de juros para reportá-los ao seu nível histórico (2 a 4% em termos reais), a consolidação da dívida sob a forma de empréstimos a longo prazo, as condições de pagamento ligadas à evolução dos termos de troca e do volume das exportações dos países devedores, sobretudo a divisão do esforço para o entendimento entre países credores. Fica, portanto, claro que as soluções técnicas e o alcance da moratória variarão de um caso para outro e dependerão da correlação das forças políticas, mas tudo leva a crer que os países devedores acabarão por se decidir a atravessar o Rubicão.

O que os retêm é o temor de represálias por parte dos bancos internacionais, mas não se vê em que elas podem consistir, pois todas as conseqüências negativas da moratória já se fazem presentes: as importações foram comprimidas para além de um mínimo bem restrito (no Brasil, 3% apenas do PIB sem petróleo), a entrada de capitais estrangeiros está praticamente paralisada (400 milhões de dólares em 1983, comparada com 5 bilhões em 1981). O único ponto vulnerável no caso do Brasil são as importações de petróleo. Mas o país dispõe de uma reserva de dois meses, sendo que a produção interna em progressão constante já cobre mais de um terço do consumo e é inimaginável que o Brasil não possa encontrar um fornecedor no Terceiro Mundo, sendo possível que o país se imponha, no período de prova de força, uma economia mais restrita de carburantes líquidos.²³

Mas os trunfos necessários para declarar a moratória encontram-se na esfera política. O contraste entre o presidente Alfonsín, eleito por sufrágio universal, e o general Figueiredo é patente. A eleição democrática confere ao primeiro a legitimidade que o segundo não tem. Eis por que os partidos de oposição no Brasil estão engajados na campanha das eleições diretas para presidente da República.

Um outro passo decisivo seria dado se os países devedores conseguissem constituir

²¹ Na impossibilidade de citá-los todos, mencionamos aqueles cujos escritos e entrevistas conheceram larga difusão: Edmar Bacha, Antonio Barros de Castro, Maria da Conceição Tavares, Celso Furtado, Carlos Lessa, Dércio Munhoz, Paul Singer, Eduardo Suplicy.

²² O problema foi levantado pelo presidente R. Alfonsín na Argentina.

²³ O consumo de petróleo de janeiro a novembro de 1983 foi de 983 mil barris por dia (-5,8% em relação ao ano anterior) e a produção nacional foi de 332 mil barris por dia (em progressão de 25,5%), o que permitiu, junto com a substituição da gasolina por álcool, reduzir as importações a 631 mil barris por dia (-16,7%). *Gazeta Mercantil*, 22.12.82.

uma frente comum. Os meios de comunicação hostis aos interesses dos países do Terceiro Mundo gritaram diante do escândalo de um eventual “cartel dos devedores”, como se houvesse algo de criminoso em se opor tal cartel ao dos banqueiros privados internacionais que não apenas se unem estreitamente entre si, mas ainda se beneficiam do apoio do FMI. Mas ainda não chegamos lá, apesar de a conferência de cúpula de Quito, reunida em janeiro de 1984, representar um progresso incontestável. A declaração de Quito, assinada por cinco chefes de Estado, três representantes pessoais de chefes de Estado, e 23 altos funcionários dos governos latino-americanos (inclusive os ministros das Relações Exteriores do Brasil, México e Argentina), insiste na necessidade de uma ação comum dos países do continente para sair da crise. Assumindo a responsabilidade de suas dívidas, a declaração chega à conclusão de que é impossível saldá-las sem uma mudança nos termos de pagamento.²⁴

Se a moratória é necessária para dar um prazo aos países endividados e lhes assegurar o mínimo de importações para reanimar o crescimento, as soluções mais duradoras no plano internacional passam por uma reforma das instituições destinada a assegurar o funcionamento da economia mundial: o FMI, o Banco Mundial, o GATT, a CNUCED e outros organismos de caráter mais específico que existam ou devam ser criados, como, por exemplo, um organismo que possa, convenientemente, assumir a responsabilidade da gestão dos recursos que constituem o “patrimônio comum da humanidade”, no dizer de uma resolução das Nações Unidas.

O último decênio viu surgir o conceito de Nova Ordem Econômica Mundial e a promessa de uma negociação global entre o Norte e o Sul. Entretanto, o impasse nos referidos organismos é total,²⁵ as reiteradas solicitações dos países do Terceiro Mundo para mudar as regras de funcionamento do Banco Mundial e do FMI não foram ouvidas, os mecanismos de ajuda pública estão em declínio, o sistema financeiro atualizado em Bretton Woods sobreviveu, os países industrializados não sentem nenhum escrúpulo em violar as regras do GATT, as quais eles mesmos impuseram ao conjunto de seus parceiros do Terceiro Mundo, a autonomia da ONU e de suas agências especializadas é cada vez mais debilitada por uma campanha sistemática desencadeada nos EUA.

A necessidade de uma mudança nas regras do jogo do comércio e das finanças internacionais é irrefutável, mas a guerra fria entre Este e Oeste e as tensões entre Norte e Sul não deixam entrever uma negociação global desse tipo.

Da mesma forma, o modelo de desenvolvimento voltado para o exterior se mostra, para a maioria dos países do Terceiro Mundo, uma perigosa ilusão. Ela os levou à armadilha do endividamento, da qual eles estão arriscados a não sair, como os devedores do agiota da cidade indiana, a menos que se engajem na via do desenvolvimento “intro-

²⁴ Para um conjunto mais rico de artigos e dados relativos à crise e ao endividamento da América Latina, reportar-se à *CEPAL REVIEW*, nº 20, agosto de 1983, a qual inclui os seguintes autores: F. Iglesias, C. Alzamora, R. Prebisch, G. Maldonado, A. di Filippo, R. T. Devlin, C. Massad.

²⁵ Ver Commissariat Général du Plan, *L'Impasse Nord-Sud: Quelles Issues?*, Preparação do IX Plano 1984-1988, 1984, La Documentation Française.

vertido” (*inward looking*) voltado para o mercado interno. Em todo caso, esta solução se impõe aos países continentais como o Brasil.²⁶

Insistimos sobre o fato de que o desenvolvimento introvertido não deve ser confundido com a política de auto-suficiência, muito menos com o *delinking*. Ele não se volta para o mercado interno por prevenção contra o comércio exterior, mas age em função de uma avaliação realista dos bloqueios que se apresentam e da exorbitância do custo social para superá-los.²⁷ depois de haver aproveitado todas as oportunidades, infelizmente muito raras, da divisão internacional do trabalho consideradas vantajosas.

O interesse dedicado ao desenvolvimento do mercado interno não é contraditório com a preocupação de abrir novos horizontes para a exportação. Mesmo no Japão, conhecido por sua capacidade de conquistar mercados externos, a superioridade dos produtos novos começa habitualmente pelo mercado interno.²⁸ As possibilidades de uma cooperação horizontal Sul-Sul permanecem grandes, a despeito do desmantelamento, pela crise, de circuitos comerciais importantes. Quanto mais esses laços se fortalecerem, maior será o poder de negociação coletiva do Sul com o Norte.

A nível do planejamento, o comércio exterior aparece como o principal ponto de estrangulamento. Quanto mais um país é fechado, mais oportunidades existem de que todas as suas importações sejam essenciais ao seu crescimento. Seu grau de vulnerabilidade em relação ao comércio exterior é, nesse caso, inversamente proporcional à parte das importações no PIB. Ele pertence à categoria de países “sensíveis à importação”. Por conseguinte, o planejador deve se dedicar, de um lado, a administrar o melhor possível a capacidade de importação e, de outro, procurar soluções que assegurem o mais alto nível de crescimento compatível com o volume limitado de importações.²⁹

²⁶ Este é o aviso de Celso Furtado que, em sua obra *A Nova Dependência Externa e Monetarismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, insiste com razão sobre o fato de que a multiplicação por oito do produto interno brasileiro entre 1950 e 1980 se deu essencialmente a partir do mercado interno. A economia brasileira é uma das mais firmes do mundo; a parte das exportações no PIB oscila entre 5 e 8%. “O centro dinâmico da economia deve se manter no setor industrial ligado ao mercado interno... A competitividade exterior deve ser buscada, mas de modo seletivo, sem perder de vista que o objetivo central é dotar o país de um autêntico sistema industrial.” (p. 62)

²⁷ O custo pode se mostrar muito elevado mesmo quando o cálculo microeconômico permite antecipar um negócio rentável para a empresa.

²⁸ M. Shinohara escreve a esse respeito: “Um dos fatores de base que tornou mais fácil a promoção das exportações japonesas foi o enorme mercado interno de cerca de 100 milhões de pessoas... A existência de um ponto de retroalimentação entre a expansão da demanda interna e as exportações produziu o crescimento rápido do Japão” (*Industrial Growth, Trade and Dynamic Patterns in the Japanese Economy*, Tokyo, University of Tokyo Press, 1982, pp. 22-23).

²⁹ O Japão, do qual se conhece muito bem a fulgurante trajetória sobre os mercados mundiais, e cujas importações, no entanto, não ultrapassam 15% do PIB, também pode ser classificado na categoria de países “sensíveis à importação”. Como escreveu T. Nakamura empregando um vocabulário diferente e comparando seu país à Inglaterra, aos Países-Baixos e à Bélgica: “O Japão tem um alto grau de dependência em relação ao comércio exterior, não simplesmente em termos de coeficientes, mas no sentido qualitativo do que aconteceria se estas importações fossem cortadas” (*The Postwar Tokyo Press*, Tokyo, p. 263). É para se libertar desta dependência em relação às matérias-primas importadas que o Japão se engajou da produção intensiva de conhecimentos (*op. cit.* p. 260).

Esta linguagem quantificada precisa ser qualificada. O planejador não procura uma taxa elevada de crescimento como um objetivo em si; ele busca usos socialmente úteis do produto. Suas avaliações devem, obrigatoriamente, começar a terminar pela explicitação dos conteúdos do crescimento. O potencial de desenvolvimento endógeno de um país se mede não apenas por seus recursos naturais e sua força de trabalho, mas também por sua capacidade de se colocar objetivos socialmente legítimos e de organizar sua concretização com a ajuda dos meios e das técnicas disponíveis. O desenvolvimento endógeno se define em oposição ao crescimento mimético, inspira-se na lógica das necessidades e procura harmonizar critérios sociais, econômicos e ecológicos.

Os países de dimensão continental têm, naturalmente, mais facilidade para se engajar na estratégia introvertida, e o comércio entre as regiões pode ser substituído pelo comércio internacional. Mas é grande o perigo de uma região mais desenvolvida vir a dominar as outras, correndo-se o risco de instaurar um colonialismo interno. A articulação das economias regionais entre si e o equilíbrio de todo o território nacional constitui, portanto, um item importante do planejamento do desenvolvimento endógeno.

Colocados os princípios gerais, quais as chances do Brasil no caso de um desenvolvimento voltado para o mercado interno?

No plano da oferta, o potencial do país é enorme. A reserva de terras cultiváveis está longe de se ter esgotado, mesmo que o processo de valorização da Amazônia seja problemático. Uma progressão da fronteira agrícola da ordem de 3% por ano é plausível, e nem por isso a provisão do país em gêneros alimentícios fica automaticamente assegurada. Com efeito, a expansão da agricultura privilegia as culturas industriais e de exportação em detrimento dos produtos destinados à alimentação. Uma mudança de política neste domínio se impõe para que se atinja a auto-suficiência em alimentação (com exceção do trigo, facilmente importado da Argentina) e uma melhora nos padrões nutricionais. O principal obstáculo não se situa ao nível da disponibilidade das terras aráveis, mas no regime fundiário. Pretendeu-se fazer da colonização das frentes pioneiras um substitutivo de reforma agrária nas zonas já povoadas. Na verdade, uma e outra são necessárias.

A indústria de equipamento, depois de ter conhecido um grande desenvolvimento, encontra-se, hoje, à beira da ruína, trabalhando com um terço de sua capacidade e dispensando equipes técnicas pacientemente formadas ao longo de uma década.

O Brasil está em condições de produzir uma vasta gama de máquinas e instalações industriais, atendendo, assim, às necessidades de um programa de reestruturação dos sistemas de transporte, privilegiando os meios de transporte coletivo, a cabotagem, a navegação fluvial e a ferrovia, em detrimento do transporte individual, e, em certa medida, da rodovia. A indústria da construção e de obras públicas desfruta de uma reputação internacional: sua competência foi adquirida graças aos projetos ambiciosos de infraestrutura e ao ritmo acelerado de construção urbana, o qual é hoje criticado, não sem alguma razão, por seu excessivo gigantismo.

A situação, no plano da mão-de-obra, se caracteriza por uma oferta abundante de todas as categorias de trabalhadores, inclusive de quadros técnicos altamente qualificados. O Brasil, como a Índia, se ressentem cada vez mais intensamente dos problemas de inserção, dos jovens diplomados em escolas superiores, na vida ativa.

O país é dotado de um apreciável dispositivo de pesquisa científica e técnica cuja utilidade para a economia poderia crescer em função de uma política de promoção dos laboratórios nacionais em detrimento da importação de patentes e equipamentos frequentemente supérfluos, característica do modelo mimético. Um vasto campo se abre, também, para a cooperação científica Sul-Sul, em particular com a Índia,³⁰ e com países da região.

Acrescenta-se, ainda, que o Estado brasileiro dispõe hoje de um sistema financeiro e administrativo moderno, sustentado por uma eficaz rede de comunicação e de transporte aéreo e que as grandes empresas do setor público têm um peso determinante em vários ramos: petróleo, eletricidade, minas de ferro, siderurgia. É verdade que as coisas não vão bem no que concerne à probidade do aparelho de Estado, habituado durante longos anos a trabalhar na impunidade, sem controle social por parte do parlamento e dos meios de comunicação. Uma vez mais, convém salientar que um outro desenvolvimento passa, obrigatoriamente, pela democratização do regime. Se foram conquistados progressos incontestáveis desde 1976, a transição para uma situação comparável à da Argentina ainda não está concluída; os militares que tomaram o poder em 1964 ainda se encontram nos principais postos de comando do Estado e da economia.

Bastante paradoxalmente, um trunfo a mais — e um grande trunfo — se constitui no elevado grau de desperdício dos recursos que caracteriza a economia brasileira. O crescimento selvagem acostumou mal o país e, para isso, também contribuiu bastante o sentimento de que os recursos do imenso território são inesgotáveis. Enfim, a dimensão do Brasil exerce um efeito perverso sobre a formação de um único e deformado mercado nacional com redes de abastecimento muito extensas e uma forte dominação de São Paulo e de outros Estados do Sudeste sobre o resto do país.

O conceito de desperdício, como categoria de análise econômica, demanda uma precisão. Ele compreende, na realidade, situações bem diversas: consumo excessivo de material e de mão-de-obra em relação a exigências de determinada técnica em função da falta de qualificações, da negligência, da ostentação ou da manutenção insuficiente dos equipamentos; o recurso a técnicas inapropriadas e avaliação incorreta das potencialidades de agroecossistemas; escolha de produtos impróprios, consumo e investimentos contraditórios em relação aos objetivos fixados para o desenvolvimento; não-utilização para fins produtivos dos detritos agrícolas, urbanos e industriais, cuja exploração apresenta vantagens sociais, ecológicas e econômicas; subutilização dos equipamentos instalados; má localização das culturas em relação aos consumidores, articulação insuficiente

³⁰ Um modesto esforço no domínio das novas energias, empreendido ao nível de um programa da Universidade das Nações Unidas, permitiu medir o potencial muito vasto destes intercâmbios.

das economias local, regional, nacional e transnacional; subutilização crônica do potencial de trabalho e recursos humanos, má programação do tempo nas cidades, provocando excessivas perdas de tempo no transporte, etc. De uma forma ou de outra, todos esses desperdícios estão inteiramente presentes no Brasil. Em termos macroeconômicos, sua eliminação poderia se constituir em uma fonte de financiamento do desenvolvimento, permitindo ao país crescer mais rapidamente a partir de um determinado nível de investimento.

Convém lembrar aqui os importantes trabalhos do economista polonês M. Kalecki³¹ sobre a teoria do crescimento e da planificação. No contexto da economia socialista, é verdade, Kalecki, incansavelmente, chama a atenção para os mil e um meios, nada espetaculares, de melhorar a *performance* da economia sem aumentar a parte dos investimentos no produto, agindo sobre o coeficiente do capital, a taxa de amortizações melhorando a organização do processo de produção e a gestão da economia: a eliminação dos diferentes desperdícios enumerados, teria, precisamente, por efeito, segundo o caso, diminuir o coeficiente de capital, prolongar a vida útil dos equipamentos, extrair uma produção mais volumosa do aparelho existente. Nós nos encontramos, portanto, em presença de uma importante reserva de crescimento, cuja mobilização prática exige, entretanto, uma ação social descentralizada, e o difícil aprendizado de uma avaliação direta dos recursos reais, humanos e físicos, permitindo superar a tirania da ótica orçamentária de efeitos paralisantes em tempo de estagflação.

Terras cultiváveis em abundância, recursos naturais variados com exceção, talvez, do petróleo,³² recursos humanos altamente qualificados, potencial de pesquisa apreciável, modernos aparelhos de finanças e administração, comunicação eficaz, uma mina a explorar: os desperdícios a serem eliminados. Enfim, um mercado potencial, hoje, de 125 milhões de habitantes e, no fim do século, de 180 milhões, o Brasil se encontra, hoje, em uma situação aparentemente bem mais vantajosa do que há meio século, quando, no bojo da grande crise, ele deu início a uma industrialização bem-sucedida, voltada para o mercado interno.³³

Convém assinalar, no entanto, quatro diferenças importantes, que poderão pesar duramente no futuro:

- 1) Os mecanismos de dependência financeira analisados acima e a forte implantação das multinacionais na indústria trazem problemas. A moratória constitui um

³¹ Ver seus *Selected Essays in the Economic Growth and the Mixed Economy*, Cambridge, Cambridge University Press, 1972 e, em polonês, *Dzieta*, t. 1 (1979), t. 2 (1980), t.3 (1982), Varsóvia, PWE.

³² Como nós já assinalamos, a produção brasileira de petróleo aumenta em um bom ritmo, mas não cobre, no momento, senão um terço das necessidades. Que paradoxo! Este país rico em toda espécie de energia, salvo de petróleo, se tornou totalmente dependente do petróleo importado, no dia seguinte da Segunda Guerra Mundial. Definitivamente, o modelo mimético de crescimento não lhe caiu nada bem!

³³ Ver, para mais detalhes, Celso Furtado, *La Formation Économique du Brésil, de l'Époque Coloniale aux Temps Modernes*, Paris, La Haye, Mouton, 1972.

preâmbulo necessário a toda estratégia de desenvolvimento voltado para o mercado interno. Segundo alguns observadores, uma moratória interna também é necessária para cortar pela raiz a especulação financeira e dar liberdade de ação ao Estado.

- 2) Os brasileiros, hoje, são quatro vezes mais numerosos do que eram em 1930. Mais do que isso, 70% deles vivem nas cidades. A crise atual ataca fulminantemente as populações urbanas, em particular as grandes metrópoles. O risco de rompimento do tecido social e o desastre urbano é grande. Toda estratégia de desenvolvimento deve enfrentar, cara a cara, o problema urbano. É preciso que as cidades encontrem, elas próprias, os meios necessários ao seu desenvolvimento, pois os recursos a fontes externas não podem mais ser considerados como alternativa e a inversão da relação demográfica entre população urbana e rural não permite mais manter as cidades com o excedente extraído dos campos. A identificação e a mobilização dos recursos latentes, subutilizados e desperdiçados dos ecossistemas urbanos é tarefa que se impõe urgentemente. Convém, ao mesmo tempo, prever grandes obras públicas nas cidades, enquanto fonte de emprego e elemento importante de uma estratégia de desenvolvimento urbano.
- 3) A distância entre São Paulo e o Nordeste acentuou-se muito neste meio século, apesar do que dizem as estatísticas. O futuro não passa pela extrapolação das relações assimétricas que fazem as regiões menos desenvolvidas presas das indústrias do Sudeste. É preciso repensar o desenvolvimento do Brasil em termos de territorialidade, de uma coesão maior das economias locais e de uma articulação mais seletiva entre microrregiões, regiões e economia nacional e economia mundial. Tal planificação, na escala de um país continente deve ser, para todos os efeitos, montada peça por peça.
- 4) Há meio século, a indústria brasileira acabava de nascer. A crise afastou o país das suas fontes tradicionais de importação, o ponto de estrangulamento, na época, se situava, principalmente, ao nível da oferta. Hoje, a economia brasileira sofre, essencialmente, de uma insolvência em grande escala. Na verdade, é preciso criar um mercado interno na medida de suas possibilidades e ambições de produção. Isto implica uma outra distribuição da renda.

Somente as medidas de redistribuição através de impostos não seriam suficientes, por mais necessárias que elas sejam. Uma divisão mais sadia só poderia ser feita através de uma valorização mais intensa do trabalho e a multiplicação das possibilidades de emprego ou de auto-emprego no meio urbano e rural. Entre outras coisas, está-se falando da importância de uma drástica revisão do modelo de agricultura hoje polarizada entre o latifúndio tradicional, que remunera pessimamente a mão-de-obra, e a empresa agrícola mal modernizada, que não cria empregos em benefício de uma *outra* agricultura, moderna e capaz de absorver numerosas famílias, assegurando-lhes uma renda conveniente. Está-se falando da aberração de uma estratégia anticrise que ataca a renda dos trabalhadores em vez de aumentá-la, como se realmente fosse preciso passar, de uma

vez por todas, por cima de todas as contribuições do pensamento de Keynes e de Kalecki.³⁴

ABSTRACT

As an way out for the indebtedness crisis the economists of the World Bank and the IMF have been advocatting the outward looking development's thesis. The degree of the opening of the economy and the dynamics of the foreign trade were promoted to the level of true indicators of development without concern with the social and ecologic costs of the exports. The inadequacy of this strategy for the third world countries, the feasibility of a moratorium and the advantages of a introverted growth, mainly in the brazilian case, are analysed in this paper. Some obstacles which Brazil will face in the retake of economic growth are also focused.

³⁴ O presente artigo dá seqüência a numerosos trabalhos consagrados pelo autor à planificação do desenvolvimento das "economias sensíveis à importação" e ao desenvolvimento endógeno. Ver, em particular:

- *Foreign Trade and Economic Development in Underdeveloped Countries*, Bombaim, Asia Publishing House, 1965.
- "Outward-Looking Strategies: a Dangerous Illusion?", in *Trade Strategies Development*. Ed. by Paul STREETEN. Papers of Nineth Cambridge Conference on Development Problems, Londres, MacMillan Cambridge University, Overseas Studies Committee, 1973.
- *Pour une Économie Politique du Développement: Études de Planification*, Paris, Flammarion, 1977.
- "Le Potentiel de Développement Endogène". *Economies et Sociétés*, Paris, Cahiers de l'ISMEA, Série F, n° 29, t. XVII, n° 2, fev., 1983, pp. 405-426.